

ANÁLISE DO USO DA PARTÍCULA “SE” EM REDAÇÕES DE ALUNOS DO DESAFIO CURSO PREPARATÓRIO PARA O ENEM

PATRÍCIA PEREIRA MELCHEQUE¹; ULISSES COELHO SILVA²; PAULA FERNANDA EICK CARDOSO³

¹*Universidade Federal de Pelotas – patriciamelcheque@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – ulisses.1986@hotmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – paulaeick@terra.com.br*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo verificar o emprego da partícula “se” em textos formais produzidos pelos alunos da turma dois, extensivo noite. Pretende-se analisar, portanto, a consciência linguística dos alunos em termos da devida aplicação da concordância verbal – elemento essencial para a construção de sentido a fim de que tenhamos futuramente instrumentos para discutir com a comunidade escolar estratégias que permitam o aprimoramento do trabalho com a língua materna.

A partícula “se” tem diversas funções na língua portuguesa, como, por exemplo, conjunção, voz reflexiva, pronome ou índice de indeterminação do sujeito e quando empregada em textos formais chega a causar dúvidas e estranhamento nos alunos, principalmente aqueles que não têm um contato mais íntimo com a língua. Neste trabalho vamos focar os estudos no uso do pronome apassivador e no índice de indeterminação.

Muitos estudiosos têm procurado revelar o estado caótico da teoria de língua e linguagem em nossas gramáticas, denunciando os disparates, as discrepâncias, as formulações teóricas incorretas, as abonações inadequadas e muitas vezes as contradições dentro da mesma gramática. Hauy (1994 apud BAGNO, 2003, p. 125), por exemplo, afirma que “a maioria das definições dos fatos gramaticais da sintaxe portuguesa é falsa, no sentido de que não só contrariam princípios fundamentais do conceito de definição como também certos princípios lógicos do pensamento, além de estabelecerem completa inadequação entre teoria e prática”.

Um desses ilogismos encontrados na sintaxe portuguesa foi analisado quando Said Ali publicou, em 1918, a primeira edição das *Dificuldades da Língua Portuguesa*, na qual já apresentara um problema de classificação da partícula “se” nas orações denominadas “passivas sintéticas” ou “passivas pronominais”. Ele decidiu atribuir a essa partícula a inquestionável função de sujeito, com base em critérios semânticos e não em critérios sintáticos. Segundo esse autor, o “se” é interpretado como referente à alguém que não queremos especificar ou determinar e exatamente por isso pode desempenhar a função sintática de sujeito, embora essa classificação contrarie os preceitos sintáticos da Gramática Tradicional, segundo os quais o “se” não pode ser sujeito, porque é um pronome com função de complemento, conforme determina a própria história da língua, a qual remonta as características do sistema de casos do latim.

2. METODOLOGIA

Foram analisadas 102 redações dos alunos da turma dois, extensivo noite. Cada partícula “se” encontrada foi analisada segundo as normais formais da gramática tradicional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observemos as frases abaixo.

- 1 (a) Compram-se muitos mantimentos naquele estabelecimento comercial.
 (b) Compra-se muito naquele estabelecimento comercial.

De acordo com as gramáticas normativas, o “se” não é classificado da mesma maneira nas frases acima. Em (1a), o “se” é classificado como pronome apassivador e em (1b) o “se” é classificado como índice de indeterminação do sujeito. Essa classificação resulta, segundo os gramáticos, da transitividade do verbo. Na primeira, o verbo “comprar” é transitivo direto, então, como o “se” não pode desempenhar a função sintática de sujeito, esta acaba sendo exercida pelo constituinte “muitos mantimentos”, o qual deve determinar a flexão verbal. Esta frase está na voz passiva sintética e o “se” é um pronome apassivador. Na segunda, o verbo “comprar” é intransitivo, portanto o “se” desempenha a função de índice de indeterminação do sujeito, e a frase está na voz ativa.

Bagno (2003) defende a ideia de que não há, no português brasileiro, as orações denominadas “passivas sintéticas” ou “passivas pronominais”, as quais, na sua opinião, são um mito. Ele as chama de pseudopassivas. Bagno só considera passivas as orações formadas com o verbo “ser” (e, mais raramente, os verbos “estar”, “ficar”, “vir” etc.) + particípio passado, as quais são designadas como passivas analíticas.

Para Bagno, tanto em (1a) quanto em (1b), o “se” funciona como sujeito. A única diferença entre as frases diz respeito à transitividade do verbo. Para defender sua opinião, ele se apóia em uma importante propriedade semântica detectada nos verbos presentes em construções semelhantes a (1a,b): trata-se de verbos que expressam ações desempenhadas unicamente por seres humanos. Esses verbos, segundo Bagno, exigem, além de um objeto direto, um sujeito [+ humano]. E é essa poderosa evidência semântica que leva os falantes a manter o verbo no singular, fazendo-o concordar com o sujeito indeterminado, indicado no enunciado pelo pronome “se”.

A análise proposta por Bagno permite-nos explicar o baixo índice de ocorrência de frases semelhantes a (1a) na linguagem falada e escrita pelos brasileiros. Por não atribuirmos a função de sujeito ao constituinte “muitos mantimentos”, mas sim a função de complemento, não aplicamos a regra de concordância verbal preconizada pela Gramática Tradicional. Portanto dizemos e escrevemos frases do seguinte tipo:

- (2) (a) Compra-se muitos mantimentos naquele estabelecimento comercial.
 (b) Aluga-se apartamentos.
 (c) Vende-se revistas.
 (d) Conserta-se pneus.

Ao produzir as frases mencionadas em (2), pretendemos informar ao interlocutor que alguém desempenha as ações expressas pelos verbos “comprar”, “alugar”, “vender” e “consertar”, por isso os verbos permanecem no singular para concordar com o pronome “se”, o qual desempenha a função de sujeito.

Muitas pessoas, além, evidentemente, dos gramáticos tradicionalistas, tendem a demonstrar um certo preconceito com relação às frases citadas em (2), sugerindo que se trata de um uso estropiado do idioma, resultado do baixo nível intelectual e cultural dos brasileiros. Para justificar o preconceito linguístico, elas costumam dizer que o nível de conhecimento das crianças e dos jovens é baixo porque os professores não têm boa formação, porque os alunos são preguiçosos, porque os métodos de ensino são um fracasso, porque a língua é muito difícil. Essa ideologia veiculada muitas vezes na própria escola cria uma baixa autoestima linguística: os brasileiros em geral têm vergonha ou medo de falar e de escrever em situações um pouco mais formais porque acreditam que a língua que eles realmente conhecem não “serve” para essas situações. Está disseminada entre nós a ideia de que falamos mal, de que nosso idioma está em decadência e, por trás de tudo isso, a concepção de que somos um povo inferior.

4. CONCLUSÕES

O que é importante nesse momento é que, embora os textos dos vestibulandos não retratem o uso espontâneo da língua portuguesa, uma vez que foram produzidos em uma situação de controle da linguagem, eles indubitavelmente fornecem subsídios para a análise dos conhecimentos internalizados pelos candidatos ao longo de suas diferentes experiências com a língua portuguesa, seja no meio familiar, seja no meio social, seja no meio escolar. A interferência de diversos modelos na construção do saber linguístico dos candidatos começa já a oportunizar investigações com foco, por exemplo, na ação da vivência escolar sobre a gramática natural do candidato e no trabalho com a língua materna realizado pelo ensino fundamental e médio.

Esses estudos são extremamente relevantes, uma vez que permitirão o exame das características da linguagem utilizada por alunos do sistema educacional brasileiro à luz de teorias linguísticas e, além disso, poderão estimular a reflexão sobre o ensino de língua materna. Importantes lingüistas, como Luft (2002), afirmam que o ensino de língua materna apresenta problemas porque os professores insistem em ensinar teoria gramatical aos alunos, ignorando o fato de que ela é o pressuposto de qualquer ato de fala, por simples que seja.

Bagno (2003) afirma que os professores deveriam fazer o aluno crescer em linguagem, melhorar seu nível vocabular, reconhecer os recursos expressivos da língua, tomar conhecimento das potencialidades do português. Entretanto, a escola tem assumido uma outra prática. Alfabetizado o aluno, persiste a convicção de que ele não sabe a língua, pois ainda não escreve sem erros, na ortografia vigente. Começa então uma obsessão ortográfica, que perseguirá o aluno em todo o percurso escolar.

No que diz respeito às redações, elas são vistas como mera aplicação de regras gramaticais que devem ser memorizadas pelos alunos. As consequências aparecem na avaliação: em vez de privilegiar o conteúdo e a criatividade do aluno, os professores tendem a assinalar implacavelmente todos os erros de grafia, pontuação e sintaxe. O aluno não faz redação para se expandir linguisticamente e manifestar suas emoções ou idéias, nem para aprender a estruturar seus pensamentos por escrito; o aluno faz redação para o professor corrigir.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa.** São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

NUNES, J. M. Se apassivador e se indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro. In: SILVA, G.M.O.; TARALLO, F. **Caderno de estudos linguísticos 20.** Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem 1991. Cap.5, p.33-57.